



Comissões da OAB discutem com ALMT projeto de lei que tipifica violação às prerrogativas

Página - 6



GARANTA QUE A SUA AJUDA CHEGARÁ A QUEM PRECISA



#moçambiquevive



“Moçambique Vive” é lançada por OAB-MT e TVCA para angariar recursos ao país

Página - 5



OAB-MT recebe homenagem nos 145 anos do Poder Judiciário

Página - 4



Ordem propõe pontes com faculdades de Direito por mais qualidade

Página - 04



OAB promove Páscoa solidária para filhos de migrantes e refugiados em Cuiabá

Página - 11

Instaurados incidentes de inidoneidade por violência contra mulheres

Página - 3

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Gisela Alves Cardoso

Secretário-Geral

Flávio José Ferreira

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Augusto Vieira de Figueiredo

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Felipe Matheus de França Guerra
 Joaquim Felipe Spadoni
 Ulisses Rabaneda dos Santos
 Ana Carolina Naves Dias Barchet
 Duílio Piato Junior
 José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

Conselheiros Estaduais

Abel Squarezi
 Ana Laura Pereira
 Aleandra Francisca de Souza
 Antonio Luiz Ferreira da Silva
 Claudia Pereira Negrão
 Claudio José de Assis Filho
 Daniele Izaura da Silva Cavalari Rezende
 Dauto Barbosa Castro Passare
 Diego Gutierrez de Melo
 Edmar de Jesus Rodrigues

Fabio Luis de Mello Oliveira
 Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
 Felipe de Oliveira Santos
 Hélio Udson Oliveira Ramos
 Hélio Machado da Costa Júnior
 Hélio Nishiyama
 Henei Rodrigo Berti Casagrande
 João Mário Silva Maldonado
 José Eduardo Polisel Gonçalves
 José Patrocínio de Brito Junior
 José Sebastião de Campos Sobrinho
 Julierme Romero
 Kleiton Araújo de Carvalho
 Leonardo André da Mata
 Luis Felipe Oliveira de Oliveira
 Marina Ignotti Faiad
 Mauro Paulo Galera Mari
 Pedro Martins Verão
 Roberta Vieira Borges Felix
 Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
 Ronaldo Bezerra dos Santos
 Samir Hammoud
 Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
 Alfredo José de Oliveira Gonzaga
 Alino Sena Rodrigues
 Arnaldo Rauen Delpizo
 Bruna Ergang da Silva
 Bruno de Castro Silveira
 Christian Jacks Lino Gasparotto
 Cibeli Simões dos Santos
 Cristiano Alcides Basso
 Daniele Yukie Fukui
 Dinara de Arruda Oliveira
 Eduardo Alves Marçal
 Fernanda Mamede Beck Roveri
 Gabriela de Souza Correia

Gustavo Tostes Cardoso
 Ivan Carlos Santore
 Jaqueline Proença Larréa Mees
 Jefferson Luis de Queiroz
 José Luiz de Aguiar Bojikian
 Kamila Michilo Teischmann
 Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
 Leonardo Giovane Nichele
 Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
 Luiz da Penha Correa
 Mário Olímpio Medeiros Neto
 Narana Souza Alves
 Nelson Aparecido Manoel Junior
 Pedro Antonio dos Santos
 Reinaldo Américo Ortigara
 Rhandell Bedin Louzada
 Ricardo Ferreira de Andrade
 Ricardo Ferreira Garcia
 Ricardo Zeferino Pereira
 Juliana Ribeiro Salvador
 Selma Pinto de Arruda Guimarães
 Tatiane de Barros Ramalho
 Wanessa Correia Franchini Vieira

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
 José Eduardo Polisel Gonçalves
 Mario Olímpio Medeiros Neto
 Helio Udson Ramos de Oliveira
 Marina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Flávio José Ferreira

Membros: Pedro Martins Verão
 Luiz da Penha Correa
 Julierme Romero
 José Luis de Aguiar Bojikian
 Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Membros: José Sebastião de Campos Sobrinho
 Daniele Yukie Fukui Rebouças
 Roberta Vieira Borges
 Ricardo Ferreira de Andrade
 Luis Carlos de Oliveira Assumpção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT)**Presidente**

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretária-Geral

Clarissa Lopes Dias

Secretário-Geral Adjunto

Fabrício Renan Pasto Pavan

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

RELATORES DO TED**Presidente**

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA**Presidente**

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

RelatoresROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA**2ª TURMA****Presidente**

ROBERTO ANTUNES BARROS

RelatoresMARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE**3ª TURMA****Presidente**

PEDRO MARCELO DE SIMONE

RelatoresSEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET**4ª TURMA****Presidente**

JOÃO MANOEL JUNIOR

RelatoresJOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO**5ª TURMA****Presidente**

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

RelatoresROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMEROROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE**6ª TURMA****Presidente**

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

RelatoresVINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS**7ª TURMA****Presidente**ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA**Relatores**LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR**8ª TURMA****Presidente**

CRISTIANO ALCIDES BASSO

RelatoresJONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO**9ª TURMA****Presidente**

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

RelatoresRAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO**10ª TURMA****Presidente**

SONIA MARIA ALVES SANTOS

RelatoresRAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES**11ª TURMA****Presidente**

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

RelatoresAMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU**DIRETORIA DO TDP****Presidente**

Andre Stumpf Jacob Goncalves

Vice-presidente

Mauricio Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Gilberto Maltz Schier

Secretário-geral Adjunto

Alex Martins Salvatierra

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000**Jornalistas:**Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243**Fotografias:**

ZF Press e Gabriel Aguiar- Sesp/MT

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351**EXPEDIENTE****Contatos Assessoria de Imprensa:****OAB/MT** - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com**Mídias Sociais:**@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt**CAA/MT** (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt**Publicidade:** Boletim Informativo - Comunicação Institucional**Tiragem:** 17.000 exemplares**OAB Mato Grosso** - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

OAB-MT recebe homenagem nos 145 do Poder Judiciário

Pelos relevantes serviços prestados à sociedade e ao Poder Judiciário de Mato Grosso, a OAB-MT recebeu o diploma e a medalha de mérito do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) durante a solenidade de seus 145 anos.

No dia 29 de abril, uma solenidade relembrou a trajetória do Poder Judiciário ao longo de mais de um século. Dos desafios desde sua instalação até o processo de modernização vivenciado nos dias de hoje, a advocacia - profissão destacada pela Constituição da República como indispensável à administração a justiça - busca atuar sempre em parceria com o Judiciário.

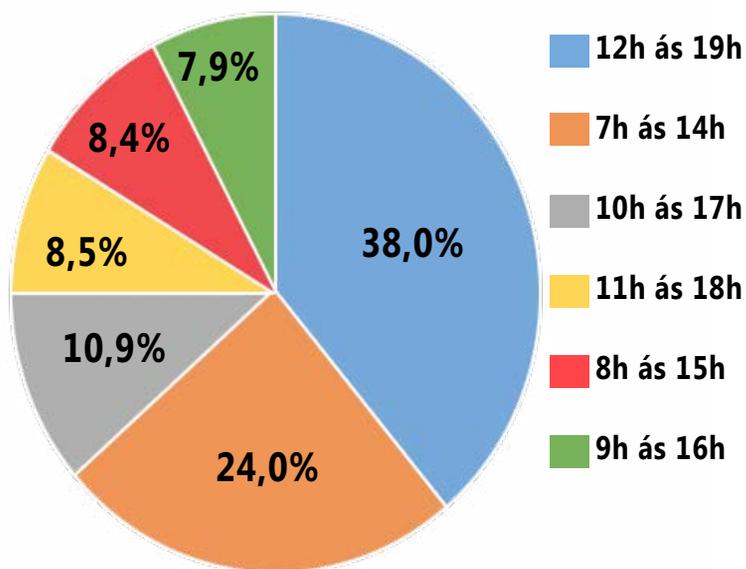
Durante o evento, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, destacou o papel social do TJMT que, desde a época de sua instalação contou, em seus quadros, com o desembargador Antônio Fernandes Trigo de Loureiro, criador da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, mostrou sintonia com as necessidades da sociedade e sua missão de buscar a pacificação social.

Em seu discurso, Leonardo Campos destacou que a instalação do Poder Judiciário em Mato Grosso foi uma das maiores conquistas sociais para a população do Estado que, nos dias de hoje, clama por ter um Judiciário ainda mais próximo.



Na sua opinião, qual seria o melhor horário de funcionamento do Poder Judiciário de Mato Grosso?

2.967 respostas



Advocacia se manifesta favorável à manutenção do horário do Judiciário de MT

Diante da proposta do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) de alterar o horário de funcionamento de suas unidades, a OAB-MT coletou a opinião dos profissionais da advocacia de todo o Estado, levando em consideração a experiência de quem atua no dia a dia do Poder Judiciário. Ao longo de uma semana, quase 3 mil advogados e advogadas manifestaram suas opiniões e, para 38% deles, a melhor opção é manter o atual horário de funcionamento, das 12h às 19 horas.

Ao todo, os profissionais da advocacia puderam escolher entre seis opções de horário de funcionamento. A segunda mais votada pela categoria foi o período das 7h às 14h, representando a escolha de 24% dos votantes, e 10,9% optaram pelo atendimento entre 10h e 17h.

Além de representar a preferência da maioria, a indicação da OAB-MT pela manutenção do atual horário de expediente leva em consideração ainda outros fatores, como a própria prestação de

serviço, tendo em vista a mão de obra prestada pelos estudantes de Direito por meio da prática de estágio nas unidades de todo o Estado.

Isso porque muitos cursos de Direito de Mato Grosso são realizados no período matutino, impedindo todos esses estudantes de atuarem como estagiários nas unidades do Judiciário. O impacto da alteração do horário, com a dispensa imediata destes estagiários, acarretaria em sensível perda de mão de obra.

De acordo com o presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, a medida busca reduzir as despesas do Poder por meio da economia de energia elétrica sendo necessário, para isso, evitar que o funcionamento das unidades se estendesse além das 17h30.

Assim, caso o TJMT mantenha o entendimento pela necessidade de alteração, a OAB-MT requer a realização de reunião pública com a advocacia a fim que sejam esclarecidas as razões para a adoção da medida.

Instaurados incidentes de inidoneidade por violência contra mulheres

Com base na Súmula Nº 09/2019 do Conselho Federal da OAB (CFOAB), a OAB-MT determinou a instauração de incidentes de inidoneidade moral em face de dois pedidos de inscrição de estagiários em seus quadros.

Editada em março deste ano, a súmula estabelece que a prática de

violência contra a mulher, independente da instância criminal, constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral necessária para a inscrição junto à Ordem.

De acordo com o artigo 9º da Lei 8.906/94, para a inscrição como estagiário é necessário possuir idoneidade moral. Entre os documentos

exigidos para o pedido de inscrição estão as certidões cíveis e criminais da Justiça Estadual e Federal.

Diante da concessão de medidas protetivas em razão da prática de violência de gênero prevista na Lei Maria da Penha, os estudantes de Direito que pleiteiam a inscrição como estagiários terão o pedido analisado

pelo conselho pleno da OAB-MT, que avaliará os requisitos de idoneidade moral.

A medida que passou a vigorar este ano considera inidôneo para o exercício da advocacia aquele que pratica violência contra a mulher, mesmo que o caso ainda não tenha transitado em julgado.

Fórum prima por criação de pontes entre instituições de ensino jurídico e OAB-MT

Estabelecer pontes entre as instituições que oferecem cursos de nível superior de Direito no Estado e a OAB-MT em prol da melhoria da qualidade do ensino jurídico foi no que se pautou a comissão temática da entidade ao realizar o Fórum Estadual de Educação Jurídica, em 23 de abril. Representantes de ao menos 11 faculdades fizeram-se presentes na Ordem para tratar dos desafios que precisam ser vencidos pelo aperfeiçoamento da formação acadêmica.

“O papel da OAB-MT vai além de fiscalizar, aferir. Ele é de colaboração e aperfeiçoamento dos cursos jurídicos. O intercâmbio precisa ser feito e vamos levar isso para todos os polos do Estado. O chamamento da OAB é para dizer que estamos aqui e somos parte de vocês”, afirmou o presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB-MT, José Patrocínio de Brito Júnior.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, abriu o evento e reforçou a importância que a entidade deposita na busca pela qualidade do ensino jurídico, o que perpassa pela valorização dos docentes. “É por óbvio que o ensino jurídico está na pauta do Brasil. Reflete

uma gama de situações, perspectivas, desafios e, principalmente, confrontos. Esta diretoria e a da gestão passada não concebem que os seus órgãos pertinentes à formação jurídica não sejam conduzidos por profissionais ligados ao meio acadêmico. Como via de consequência, vejo como maior desafio a qualificação do professor e da professora que estão na ponta, investimento em capacitação”, saudou.

Inovação e internacionalização foram alguns conceitos trazidos pela advogada membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB nacional, a conselheira estadual Dinara de Aruda Oliveira, durante sua fala a respeito das novas diretrizes curriculares nacionais (DCN) do curso. Também tratou da necessidade de desenvolvimento de pesquisas ao longo de todo o curso, bem como da inserção da arbitragem e do Direito Previdenciários na grade.

“O aluno precisa ser inserido na nova perspectiva do Direito, que não é mais como era antes. Além da palavra internacionalização, que está muito presente nas novas DCNs, outra importante é regionalização, que significa inserir o aluno naquela região em que se encontra, além de ser de forma inovadora e voltada para

o mundo ao mesmo tempo”, acrescentou Dinara Oliveira, sugerindo o estabelecimento de linhas de pesquisa que insiram grupos de estudantes estrangeiros junto aos grupos locais, por meio de convênios internacionais.

Estabelecendo o contexto do desempenho das faculdades de Direito quanto ao recebimento do selo “OAB Recomenda” a partir de 2001, o presidente da Comissão de Ensino Jurídico demonstrou que o percentual de instituições contempladas caiu até 2018. Com 380 cursos no início da contagem, o percentual de 13,7% das faculdades (52) recebeu o selo, enquanto que em 2018, com o total de 1.212 cursos, 13,28% (161) o receberam.

“Observem que o último dado, com quase nove vezes a mais de cursos, praticamente é o mesmo índice. Significa que à medida em que se está criando vagas, precisa ter uma preocupação com a melhoria da qualidade. Não há um coordenador de curso, um professor que não busque isso”, ponderou José Patrocínio. O advogado ainda explicou que os critérios de avaliação para recebimento do selo envolvem o desempenho dos alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o resul-

tado dos postulantes do Exame da Ordem.

Mato Grosso tem hoje 49 cursos de Direito com mais de 7 mil vagas autorizadas pelo Ministério da Educação. Conforme dados divulgados em levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável por aplicar o Exame da Ordem, o Estado tem uma aprovação média igual ou inferior a 18%, conforme dados até o 18º exame.

Leonardo Campos tratou sobre o tema na abertura do Fórum esclarecendo o trabalho que a OAB-MT tem feito para desmistificar os argumentos daqueles que querem que o Exame da Ordem deixe de existir e conclamou as instituições de ensino a aderirem à campanha.

“O Exame de Ordem credencia as instituições de ensino. Engana-se quem entende o contrário. Mato Grosso tem demonstrado a legalidade, a constitucionalidade, a necessidade dele e esse movimento já se espalhou por todas as outras 26 seccionais. O compromisso da Ordem é com a proteção da sociedade, de saber que, ainda que de forma mínima, ela terá à disposição um profissional capacitado para lidar com direitos essenciais”, finalizou o presidente da OAB-MT.

Sem Exame de Ordem não há advocacia, afirma presidente de Comissão

“Sem o Exame de Ordem não haverá como manter a profissão da advocacia e quanto melhor o aluno é qualificado na graduação, mais fácil ele passa. O Exame é um patamar de avaliação, de verificação da qualidade do ensino superior das instituições”. As afirmações são do presidente da Comissão de Estágio e Exame de Ordem da OAB-MT, Helio Ramos, durante sua fala ao longo do Fórum Estadual de Educação Jurídica. O alerta foi feito aos representantes de ao menos 11 faculdades de Direito presentes no evento.

Responsável pelo tema “Exame de Ordem – Desafios e Perspectivas”, o advogado e professor descreveu os métodos de aplicação e correção realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pela Ordem para elaborar e aplicar o Exame em todo país. “É importante que as instituições venham para dentro da OAB para que se construa essa melhoria na qualidade da formação acadêmica”, reforçou.

As informações sobre o desempenho dos postulantes ao Exame da Ordem em todo o país, contidos em um vídeo divulgado pela FGV, que aponta Mato Grosso com aprovação igual ou inferior a 18% (aplicações até a 18ª edição), surpreenderam alguns dos representantes das insti-

tuições de ensino.

“São muito ricas essas informações que vocês estão nos passando hoje e precisaríamos ter acesso a elas com mais frequência. A colaboração da OAB com o ensino é fundamental. Se nós não temos esses dados, prejudica até a forma como temos que nos planejar”, declarou o representante do curso de Direito da Universidade de Cuiabá e ex-presidente da Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso, Marcos Lorga.

A contribuição que a participação dos acadêmicos nos núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ) das instituições de ensino pode prover para a formação superior também foi alvo de debate no Fórum. A professora e membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB-MT, Rita de Cassia Aleixes, responsável pelo tema “Potencialidades e Importância do NPJ na Educação Jurídica”, reforçou a necessidade de os estudantes vivenciarem a realidade do Direito por meio dos NPJ por serem essenciais para mostrar o que ocorre na sociedade.

“Ele é um instrumento de acesso à justiça, um instrumento de acesso a direitos, porque é como penso que nossos alunos vão ser sensibilizados através desse momento, de ele entender a diferença para ele, daquele espaço, e a dife-

rença para a sociedade”, comentou Rita de Cassia Aleixes.

O ex-presidente da OAB-MT e também membro da Comissão de Ensino Jurídico, Francisco Faiad, também palestrou sobre o tema e lembrou que foi durante sua gestão frente à Ordem em que foi criada a Comissão de Ensino Jurídico para que fosse feita a interlocução entre a entidade e as instituições de ensino superior, quando ainda eram oito faculdades de Direito em todo o Estado.

O advogado demonstrou a preocupação de a OAB-MT ter sido excluída da elaboração de projetos dentro dos NPJs. “Naquela época vigorava uma resolução que dizia que os núcleos de ensino jurídico tinham que fazer projetos que eram aprovados pela OAB. A Ordem fiscalizava os núcleos e a cada dois anos tinha que emitir um parecer, que era entregue ao MEC (Ministério da Educação e Cultura). Em 2017, a OAB foi excluída dos núcleos, que passaram a ser competência interna de cada instituição. E aí esse núcleo hoje pode ser inclusive virtual”.

A preocupação do ex-presidente reside, sobretudo, na flexibilização autorizada pelo MEC para execução do estágio, que passou ser ao longo do curso e em

qualquer instituição conveniada. “Como é que a instituição vai fiscalizar pessoalmente o trabalho no dia a dia de um aluno dentro de um órgão, dentro de um escritório e assim por diante? Não tem como! Vai ter que acreditar nas certidões que o órgão vai emitir para esses alunos e isso me causa muita preocupação”.

OAB RECOMENDA – O Fórum de Educação Jurídica também aproveitou a ocasião da presença de representantes das instituições de ensino para entregar o selo “OAB Recomenda” às faculdades de Direito da UFMT, campus Cuiabá, e da Unemat, campus Cáceres, por terem alcançado desempenho satisfatório conforme os critérios avaliados.

Em nome da UFMT, o professor Saul Duarte Tibaldi recebeu o selo. “Agradeço ao apoio de todos, ao esforço de nossos professores e nossos alunos”. Pela Unemat, a professora Evelyn Bocardí de Miranda, acompanhada do presidente da Subseção da OAB Cáceres, Fábio de Sá Pereira, foi contemplada com o recebimento. “Quero agradecer principalmente à minha equipe de professores, porque sem eles o curso não é nada. Devo esta placa aos meus professores”, disse.

OAB-MT coleta alimentos em prol de funcionários da Santa Casa

Durante o mês de abril a OAB-MT promoveu uma campanha de arrecadação de cestas básicas para o grupo “SOS Funcionários da Santa Casa”. As doações são destinadas às cerca de 800 famílias de funcionários da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá que sofrem as consequências de até seis meses de atrasos salariais. A entrega está programada para 14 de maio.

Advogadas, advogados e toda a sociedade podem contribuir doando alimentos não perecíveis em qualquer um dos dez pontos de coletas da OAB-MT e da Caixa de Assistência dos Advogados



de Mato Grosso (CAA/MT) na Capital. Os locais de arrecadação são as salas da OAB-MT no Edifício Marunã, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23), Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), Tribunal de Justiça

de Mato Grosso (TJMT), Justiça Federal, Fórum de Cuiabá, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Juizados Especiais Cíveis (Cejus); no Estacionamento do Advogado, na sede da CAA/MT e na Escola Superior de Advocacia de Mato Grosso (ESA-MT).

Também serão revertidos para a campanha os alimentos arrecadados pela ESA-MT nos eventos realizados em abril e nas ações promovidas pelas comissões temáticas da OAB-MT.

Além de atender ao apelo do “SOS Funcionários da Santa Casa”, a OAB-MT, por meio da Comissão de Saúde,

também tem acompanhado a situação do hospital filantrópico.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos destacou que é impossível não se sensibilizar com situação de calamidade pessoal pela qual passam os funcionários da Santa Casa e toda a sociedade mato-grossense com a crise que atinge o hospital.

“Estamos trabalhando em conjunto para atender às necessidades mais urgentes destes funcionários que atuam diretamente no atendimento de quem mais precisa em momentos tão importantes, mas sem esquecer o compromisso de médio e longo prazo que a OAB-MT tem como representante da sociedade civil em acompanhar, fiscalizar e cobrar as devidas ações para garantir o direito à saúde da população”, disse.

Ordem e parceiros convidam sociedade a doar para ajuda humanitária a Moçambique

Até o dia 26 de maio, toda sociedade mato-grossense está convidada a fazer doações financeiras para contribuir com mais de 900 mil pessoas que vivem em situação de extrema miséria depois de atingidas pelo ciclone Idai, que passou por Moçambique, em março. Quem faz o convite é a OAB-MT e seus parceiros, com o lançamento da campanha “Moçambique Vive”, realizado no dia 26 de abril. Por meio da ação, uma conta bancária foi aberta e todos poderão depositar qualquer valor para somar à causa.

Todas as informações sobre como doar e a respeito da situação moçambicana podem ser acessadas no hotsite www.moçambiquevive.com.br, criado especificamente para a campanha.

Provocada pela organização não governamental Grupo de Mulheres de Partilha de Ideias de Sofala em Moçambique (GMPIS), a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MT, Elizabeth Flores, que viveu por três meses em Moçambique em 2018, despertou sobre a necessidade de realizar algo em prol das famílias atingidas pelo ciclone, tendo em vista a situação de miséria que conheceu pessoalmente no país.

“A realidade lá é muito triste, principalmente para mulheres e crianças, de

total miséria. Em uma das comunidades que a gente acompanhou durante dois meses, com cerca de 800 pessoas, após a passagem do ciclone, morreram todos e não restou absolutamente nada”, exemplificou a advogada.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, no lançamento da campanha, informou que a ação inicia no Estado, mas deve ser estendida aos demais da Federação, após consolidado apoio do Conselho Federal. “Essa deve se tornar uma campanha nacional”, acrescentou. Ele também destacou a disponibilidade da TV Centro América (TVCA), principal parceira da OAB-MT na campanha, em abraçar a causa. “Leve o nosso agradecimento a toda diretoria da TV”, disse.

Secretário-geral da OAB-MT, o advogado Flávio Ferreira esclareceu que a campanha da OAB-MT com a TVCA é totalmente voluntária. “A TV, que nos atendeu prontamente, não está cobrando um real para veicular essa campanha. Serão 30 dias de veiculação. Pedimos que toda a sociedade atenda ao pedido e divulgue quanto puder para que consigamos contribuir com o máximo possível. O Brasil tem uma dívida histórica com a África, que é anormal. Essa é uma pequena possibilidade de fazermos algo”.

Representante da TVCA, o diretor de Comunicação e Programação Marcelo Werner pontuou que a emissora é pautada pelo slogan “Se mexe com a comunidade, mexe com a gente”. “Sabemos dos desafios que o país vive e cabe a cada um fazer o que é possível. Sabemos o potencial que temos no meio da comunicação e veicularemos a campanha em todo o Estado, atingindo os 141 municípios praticamente. Creio que teremos um bom resultado no final”.

Por fim, o representante da Arquidiocese de Cuiabá, padre Deusdete Monge de Almeida, fez a benção da campanha dizendo ver com muita simpatia a iniciativa social. Ele lembrou que foram mais de 6 milhões de africanos trazidos ao Brasil no período da escravidão. “É um ato de solidariedade que enobrece, engrandece a alma. Tudo que fizermos de bem para esse povo ainda é pouco”.

Estiveram presentes no lançamento, a convite da OAB-MT, o vice-presidente do Conselho Temático da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), Fábio Borges, o secretário-adjunto de Assistência Social do Estado, Agnaldo Garrido, e representantes dos demais parceiros na ação: Núcleos Tecnologia, site Leia Agora e ZF Comunicação.

Campanha angaria mais adeptos no lançamento

No lançamento da campanha “Moçambique Vive”, realizada pela OAB-MT e parceiros, mais adeptos à ação disponibilizaram meios para angariar recursos.

O artista plástico Adriano Figueiredo doou duas telas suas para venda, cuja metade do valor arrecadado, R\$ 4 mil, será doada para a campanha de arrecadação. São obras da série “Dançarinas de Siriri”, expostas no lançamento da ação, na sede da OAB-MT. “São obras de uma semana de trabalho, da minha série mais famosa”, acrescentou.

Além disso, o artista contribuiu com a doação da imagem “Alma de Árvore” para estampa de camisetas confeccionadas pela entidade Rede Aliança Humana de Voluntários, para ajuda humanitária a Moçambique a partir das vendas. Conforme a representante da instituição, Sany Cardoso, a ideia é arrecadar fundos voltados a viabilização de água potável e o envio de médicos ao país africano. Com a iniciativa da OAB-MT, a entidade pensa e destinar recursos para a campanha “Moçambique Vive”.

“A Alma de Árvore nasceu para um protesto. Eu fazia esse desenho no chão nos locais onde foram arrancadas árvores para instalação do VLT (veículo leve sobre trilhos) em Cuiabá. A Sany achou que a arte e o nome tinham tudo a ver com a causa”, contou Adriano Figueiredo.

Sany Cardoso explicou que as famílias moçambicanas costumam se reunir embaixo das árvores para realizar atividades. “A questão da árvore, de proteção, de raiz profunda, de acolhimento, de deixar o ambiente mais agradável casou perfeitamente”.

As camisetas podem ser adquiridas por meio do link www.aliancahumana.com.br/ produto-solidario.

Comissões da OAB-MT discutem projeto de lei que tipifica violação às prerrogativas

As comissões de Direito Penal e Processo Penal e de Direito Eleitoral e o Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT reuniram-se com o deputado estadual Faissal no dia 22 de abril para agradecer o apoio pelo projeto apresentado pelo parlamentar que tipifica a violação às prerrogativas da advocacia.

O projeto foi apresentado no dia 16 de abril atendendo ao pedido da OAB-MT e propõe a alteração do Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais de forma que os funcionários que violarem as prerrogativas dos profissionais da advocacia estabelecidas em Lei Federal poderão responder a Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Na reunião com o deputado, os representantes da OAB-MT elogiaram a iniciativa e, além de se colocar à disposição para análise da matéria, sugerindo emendas e participando das audiências públicas para discussão do projeto, apresentaram as dificuldades vivenciadas por advogados e advogadas junto ao serviço público.

“É um projeto importante para que



o advogado não seja tolhido da ampla defesa e do contraditório, que são princípios constitucionais essenciais para o desenvolvimento de qualquer processo. Podendo, assim, colher todas as provas que estão ao seu alcance para defender os seus clientes. Sabemos das dificuldades que, às vezes, são colocadas pelos servidores públicos e aquele que ferir as prerrogativas do advogado no exercício da função pode responder a um Processo Administrativo Disciplinar”, declarou Faissal.

Na prática, torna ilícito funcional, por exemplo, o ato de impedir o aces-

so do profissional da advocacia a prédios públicos onde deva praticar algum ato ou coletar prova ou informação para o desempenho de seu trabalho.

Presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal, Leonardo Bernazzoli, acrescentou que, apesar de todo arcabouço jurí-

co já existente, comumente advogados se deparam com atos normativos, no âmbito da administração pública, que acabam por disciplinar formas de violar as prerrogativas da advocacia.

“Todo reforço às prerrogativas do advogado simboliza o fortalecimento do estado democrático de direito. Sem o advogado não há justiça”, ressaltou Leonardo Bernazzoli.

Segundo o vice-presidente do TDP, Maurício Magalhães Faria Neto, a reunião foi bastante produtiva. O deputado ouviu atentamente as experiências

narradas pelos advogados e ponderou que, na qualidade de profissional da advocacia e servidor público, o projeto visa preservar e melhorar as condições de trabalho para ambas categorias.

Para o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a aprovação do projeto pela ALMT deve representar um grande avanço não apenas para a advocacia, mas para toda a sociedade. Ele explicou que as prerrogativas profissionais são direitos estabelecidos em lei para que os advogados e advogadas possam ter plenitude no seu dever de defender os cidadãos por eles representados.

“A criminalização da violação das prerrogativas profissionais é uma das principais lutas da OAB em todo o Brasil e já temos projetos avançando nesse sentido na Câmara dos Deputados e no Senado. Com essa proposta, Mato Grosso sai na frente mostrando que está antenado com o momento atual e com a garantia do estado democrático de direito, assegurando à sociedade seu legítimo direito à ampla defesa ao contraditório”, disse.

OAB-MT pleiteia assento no Comitê Estadual que acompanha conflitos agrários

A Comissão de Assuntos Fundiários da OAB-MT vem se debruçando sobre a necessidade de a entidade passar a integrar o Comitê Estadual de Acompanhamento de Conflitos Fundiários. Para isso, prepara a proposta de alteração do Decreto 1.414/2012, que criou o mencionado fórum, para que a advocacia seja contemplada com a participação.

Conforme o presidente da Comissão, Houseman Thomaz Agulhari, é necessária a inclusão da OAB-MT como entidade tendo em vista que a decisão liminar para o cumprimento de uma reintegração de posse, por exemplo, passa pela análise do comitê antes de ser efetivamente cumprida. A inserção da Ordem é importante para que possa acompanhar o cumprimento da decisão e o andamento do processo em conjunto com as demais entidades que o compõem.

Têm assento no fórum a Casa Militar – onde se reúne –, a Polícia Civil, a Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Procuradoria Geral do Estado, a Defensoria Pública do Estado, o Instituto de Terras de Mato Grosso, a Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, dentre outras instituições.

“Já encaminhamos ao presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, o pedido para que proceda os trâmites com o poder público sobre o pleito da alteração do Decreto Estadual 1.414. A OAB ainda não tem assento nesse comitê e é preciso incluí-la para que haja fiscalização do cumprimento de liminares, por exemplo, questão que passa por esse comitê”, esclareceu o presidente da Comissão.

Houseman Agulhari ainda explicou que, em geral, a Defensoria Pública faz a defesa dos movimentos sociais na maioria dos casos. Sendo assim, a Comissão busca isonomia. “Vamos trabalhar para a alteração do decreto e incluir a OAB”, reforçou, informando que a medida foi uma das pautas da primeira reunião da Comissão.

Outros temas abordados pelos membros da Comissão foram a necessidade da troca de experiências sobre as situações vivenciadas em cada região que pertencem no Estado, tendo em vista que é formada por profissionais de Vila Rica, Juara, Mirassol D'Oeste, Lucas do Rio Verde, Sinop,

dentre outras; as reuniões mensais do grupo e a atuação a partir da Medida Provisória 870, do governo federal, que altera a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dentre outros órgãos.

De acordo com o advogado, o Incra volta a tratar da regularização fundiária, pauta que estava atrelada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e sobre as demarcações, delimitações e licenciamento de operações dentro de reservas indígenas. “Tudo isso é muito vinculado às questões fundiárias. A gente sabe que ele é um órgão difícil de trabalhar, mas, com essa nova política, nós entendemos que vai haver melhora. E a OAB não pode ser furtar de estar presente e de participar de todas essas transformações fazendo o elo entre o órgão federal e a sociedade contribuindo para esse desenvolvimento”.

Brasília – No dia 10 de abril, o presidente da Comissão teve um encontro na capital federal com o novo presidente do



Incra, o general Jesus Corrêa. Além do representante do órgão, ainda participaram da reunião o secretário especial da Presidência da República de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, além de membros do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama).

“Nós sabemos que o Estado tem problemas de toda ordem e os problemas fundiários afetam todos os produtores rurais, os proprietários de imóveis rurais. A questão fundiária tem que ser ultrapassada, a regularização fundiária vem trazer segurança jurídica ao ocupante de terras, aos produtores rurais e, com isso, trazer estabilidade, melhoria na produção gerando riqueza e emprego”, finalizou.

Mais 7 membros da advocacia de MT são nomeados em comissões do CFOAB

A atuação da advocacia mato-grossense segue sendo reconhecida pelo Conselho Federal da OAB (CFOAB) e mais membros foram nomeados para atuar junto às comissões nacionais da instituição pelo presidente Felipe Santa Cruz.

No dia 10 de abril, o advogado Darius Canavarros Palma foi nomeado membro consultor da Comissão Especial

de Direito Tributário.

Já no dia 30, outros seis profissionais do Estado passaram a integrar as comissões do CFOAB. São eles a advogada Nalian Borges Cintra Machado, que passou a ser membro consultora da Comissão Especial de Mediação e Conciliação; Clarissa Lopes Dias Maluf Pereira, como membro consultora da Comissão

Nacional da Mulher Advogada; o profissional Saulo Rondon Gahyva, membro consultor da Comissão Especial de Garantia do Direito de Defesa; André Luiz Soares Bernardes, também como membro consultor da Comissão nacional de Direitos Sociais; Pedro Wilson Romeiro Martins, membro consultor da Comissão Nacional da Advocacia Jovem, e Eduardo

Augusto Bordoni Manzeppi, que passou a ser membro da Comissão Especial de Tecnologia Jurídica.

“Mais sete nomes da advocacia de Mato Grosso reconhecidos por seu trabalho para os quadros nacionais da Ordem. Parabéns e bom trabalho a todos”, saudou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.



OAB-MT recebe vice-presidente da Comissão Nacional e presidente da Abracrim

A diretoria da OAB-MT recebeu, em 12 de abril, o vice-presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia da OAB e presidente nacional da Associação Brasileira de Advogados Criminalistas (Abracrim), Elias Mattar Assad.

O encontro, que visou aproximar ainda mais as instituições, discutiu a defesa intransigente das prerrogativas da advocacia, elencada como uma das principais bandeiras de atuação da OAB-MT.

“Nossa primeira bandeira é a defesa das prerrogativas, então todo e qualquer apoio que venha somar com esse objetivo é muito bem-vindo e a Abracrim, assim como outras associações, tem também essa finalidade, especialmente no que diz respeito aos advogados que atuam na área criminal que, por conta da característica da área de atuação, terminam, por muitas vezes, tendo as prerrogativas violadas com uma frequência maior”,

destacou a vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso.

De acordo com Elias Mattar Assad, quando a advocacia briga ou brada pelos seus direitos, o que se busca assegurar são os direitos da cidadania.

“Quando nos reunimos ninguém está discutindo interesse próprio ali. Estão sendo discutidas instituições de Direito para melhorar o sistema, aprimorar. Deixamos de fazer outras coisas para vir trabalhar em prol da classe. Quando advogados se reúnem, não o fazem para discutir interesses próprios, nos reunimos sempre para discutir melhorias para a sociedade sem nenhum custo para os cofres públicos, então nossa profissão tem que ser respeitada por sua própria condição”, explicou o vice-presidente da Comissão Nacional.

O advogado também ressaltou que a OAB é a grande associação da advocacia, com sua figura institucional reconhecida pela

Constituição Federal. “Nossa vinda aqui é para estreitar mais o relacionamento entre a Abracrim e a OAB. Somos aliados nas lutas pelas prerrogativas e viemos tornar isso ainda mais claro”.

O presidente da associação pontuou que a advocacia criminal é própria dos estados democráticos de direito. “Quando querem tolher a advocacia criminal, na verdade, querem tolher os direitos fundamentais da cidadania”.

Ele lembrou que o grande desafio do Direito são as cautelas que impedem excessos, inclusive sendo papel da advocacia impedir o terrorismo do Estado contra o cidadão.

Além da vice-presidente e do secretário-geral da OAB-MT, também participaram da reunião o vice-presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Maurício Magalhães Farias Neto, e membros e a presidente da Abracrim em Mato Grosso, Michelle Marie.

Ordem reafirma defesa da continuidade da Justiça do Trabalho

A vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, representou a entidade na solenidade de posse de sete juízes do trabalho substitutos do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-23). O evento foi realizado no início de abril. Durante sua fala, Gisela reiterou o apoio irrestrito da Ordem em defesa da Justiça do Trabalho e dos Direitos Sociais.

Gisela Cardoso destacou que é uma satisfação para a OAB-MT participar desse momento, que é o ingresso de novos magistrados. Ela salientou que o fato da posse ocorrer em um momento em que há uma série de questionamentos quanto ao futuro da Justiça do Trabalho é muito importante.

“De nossa parte, a Ordem reafirma seu absoluto e irrestrito apoio não apenas pela manutenção da Justiça do Trabalho, como também pelo seu fortalecimento”, ressaltando a importância da justiça especializada enquanto instrumento de promoção da justiça social e na pacificação das relações de trabalho.

Os novos magistrados foram aprovados durante o primeiro concurso nacional unificado da Justiça do Trabalho, lançado em 2017. Se tornaram juízes substitutos Diego Batista Cemin, Daniel Nunes Ricardo, Bruno Vinicius Lima Bragiato, Pablo Saldivar da Silva, Luis Fernando Galvagni, Muller da Silva Pereira e Marina Pereira Ximenes. Eles se juntam aos 73 magistrados que atuam no TRT-23.



Atuação da OAB impede aprovação de projeto que retirava parte de honorários de procuradores

Depois do acompanhamento da Subseção de Tangará da Serra da OAB-MT junto à Câmara de Vereadores local, um projeto de lei do Executivo municipal, que previa desconto dos honorários sucumbenciais dos procuradores para criação de um fundo, foi reprovado. Além disso, a Seccional interveio como amicus curiae nos mandados de segurança propostos individualmente pelos procuradores e liminares foram concedidas para assegurar a manutenção do pagamento dos honorários sucumbenciais aos procuradores, alvo de um memorando da prefeitura para suspendê-lo.

O Projeto de Lei 02/2019, do Executivo de Tangará da Serra, foi vetado pela Câmara na Sessão do dia 23 de abril. Ele propunha alterações na Lei 192/2014 e tinha como propósito a constituição de um fundo municipal que seria formado por 20% do valor pago aos procuradores como honorários sucumbenciais, como relatou o presidente da OAB Tangará da Serra, Franco Bizarello dos Santos.

“A gestão do fundo também foi alvo de questionamento, eis que não ficou estabelecido qual seria o órgão gestor do fundo,



uma vez que a Procuradoria tem autonomia e independência em relação ao Executivo municipal. O entendimento é que se fosse constituído o fundo, a Procuradoria deveria ter também a gestão dele, o que não ficou estabelecido”, completou o presidente.

A Subseção e as comissões de Advogados Públicos e Honorários e o Tribunal de Defesa de Prerrogativas foram procuradas pelos procuradores desde o começo da tramitação do projeto na Câmara, quando iniciou um trabalho da Ordem para demonstrar aos vereadores as irregularidades. “Ele feria direitos e prerrogativas dos procuradores municipais, em especial no que se refere ao recebimento de honorários sucumbenciais, que são verbas alimentares privativas do advogado”, ponderou Franco dos Santos.

A OAB Tangará pediu a quebra

do regime de urgência especial para que se pudesse ampliar essa discussão do projeto entre os legisladores. Houve uma reunião com os vereadores para esclarecer o posicionamento institucional da Ordem através de parecer vindo da própria Seccional também se manifestando pela reprovação do projeto.

“Acompanhamos todas as sessões, foram três ou quatro pedidos de vistas. Teve a participação das comissões de Prerrogativas e Honorários. A OAB se fez presente em todas as sessões que o assunto esteve na pauta sustentando o posicionamento institucional pela reprovação do projeto, que culminou com a votação em que foi reprovado por 12 votos a um, num total de 14 vereadores”, acrescentou o presidente.

Quanto aos mandados de segurança, em um dos despachos concedendo a liminar o juiz de Direito Marcos Terencio Agostinho Pires considerou inidôneo o meio utilizado pelo Executivo para suspender o pagamento dos honorários advocatícios, assim como seus fundamentos.

“Considerando-se tanto a aparente

inidoneidade do meio quanto dos fundamentos apresentados pela municipalidade para suspender a eficácia da legislação municipal vigente, atinente a destinação dos honorários sucumbenciais, reputo, ao menos neste momento processual, suficientemente demonstrada a relevância da tese contida na inicial no que se refere à ilegalidade do ato praticado pela autoridade coatora, quanto à suspensão do repasse dos honorários...”, trouxe o trecho da decisão.

Por fim, o presidente Franco dos Santos comemorou os resultados como ganho para a advocacia local. “Entendemos que é uma vitória para a advocacia local, em especial para os procuradores municipais, tendo em vista que o projeto prejudicava a percepção integral dos honorários advocatícios pelos procuradores do município. E nesse meio tempo houve a necessidade de impetração de mandado de segurança em razão do memorando do prefeito. A liminar foi concedida em dois processos impetrados ordenando que o município que se abstivesse de praticar qualquer desconto ou não pagamento dos honorários”.

Duas diretorias de subseções tomam posse em abril

A diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) deu posse a mais duas novas equipes que comandam subseções no interior ao longo do mês passado.

Em 11 de abril, o presidente da OAB Diamantino, Persio Oliveira Landim, foi reempossado, junto de sua vice-presidente, Ana Luiza Antunes Gomes.

No dia seguinte, tomaram posse, na OAB Lucas do Rio Verde, o presidente Ednilson Zanardini Menezes e seu vice-presidente Rannier Felipe Camilo, além de demais membros.



OAB Peixoto mobiliza autoridades, população e concessionária em prol da qualidade da água

Em virtude da manifestação dos moradores de Peixoto de Azevedo em redes sociais e outros meios de comunicação a respeito da qualidade da água distribuída pela rede de tratamento do município, a Subseção da OAB-MT decidiu realizar uma reunião entre autoridades, representantes da empresa concessionária Águas Peixoto de Azevedo (APA) e de moradores para debater o tema. A reunião foi realizada no dia 25 de abril, na sede da OAB Peixoto.

O presidente da Subseção, Marcus Macedo, explicou que as pessoas

reclamavam da água chegando barrenta e turva. “Foram muitas situações dessas, todos os dias, víamos as reclamações de diversos bairros. Convoqueamos as autoridades e a população, diante desses fatos, e a Água de Peixoto para um grande debate na OAB para buscarmos uma solução”, relatou.

Durante a reunião, a concessionária informou que, pelos canais disponíveis por ela para os consumidores não recebeu nenhum tipo de reclamação formal e, por conta disso, não tinha conhecimento do problema. “A conversa

foi muito produtiva. A APA apresentou dados dando conta de que, em 2019, não houve nenhuma reclamação com relação à qualidade da água. Mostrou relatório com cinco reclamações na empresa, mas nenhuma em relação a isso”, informou Marcus Macedo.

Também se levantou a discussão sobre a necessidade de se criar uma agência reguladora no município, como acontece com os demais circunvizinhos, como disse o presidente. A medida vai contar com o apoio da OAB junto ao Executivo municipal para tentar criar a agência.

No dia da reunião, um balde d’água foi recolhido pela equipe da OAB para que a APA pudesse verificar a cor da água, tendo em vista que alegou não poder resolver um problema do qual não tinha conhecimento. “Nesse sentido, eles reforçaram que a população deve procurar os canais da APA para reclamar, ligando, indo pessoalmente, acionando através de aplicativo específico. Assim que encerrou a reunião, foi determinada pela empresa uma varredura pela rede para tentar identificar o problema”, finalizou Marcus Macedo.

Defesa da Igualdade Racial reúne mais de 40 entidades ligadas à causa na OAB-MT

Mais de 40 entidades civis ligadas à causa da defesa da igualdade racial de Mato Grosso reuniram-se na OAB-MT, no dia 12 de abril, durante o primeiro encontro formal da gestão da Comissão de Defesa da Igualdade Racial. O propósito da reunião ampliada foi ouvir das instituições suas principais demandas sobre o tema no Estado para ajudar a nortear os trabalhos da Comissão.

O secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, descreveu a satisfação de ver os trabalhos da Comissão iniciando. “Aqui é um local de discussão, para qual as demandas têm que ser trazidas, porque não é uma casa apenas da advocacia, mas está aberta a todas as pessoas que nos trouxerem demandas coletivas, conflitos”, chamou.

O presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial, Aurélio Augusto Júnior, comentou estar muito honrado com a representatividade dos movimentos na reunião. “É fundamental para a Comissão ter integração com as entidades civis, a sociedade organizada. É impossível a gente efetivar nossa razão de existir sem a presença e sem o trabalho de parceria com os presentes”.

Dentre os representantes, a coordena-



nadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cândida Soares, elogiou a iniciativa de reunir as entidades ligadas à causa da Comissão e disse esperar que, com a atuação da OAB, o poder público possa investir mais na promoção da igualdade racial.

“É muito positiva e necessária. Se olharmos para o campo da educação já temos uma política instituída desde 2003, mas ainda temos muito pouco acompanhamento da efetivação dessa política. Entendemos que a OAB tem um papel importantíssimo nesse sentido, não só no

que diz respeito à educação, mas às questões relacionadas à promoção da igualdade racial no Estado. É muito pouca a inserção do Estado para investir nessas políticas”, apontou a professora.

Aurélio Augusto Júnior enumerou as principais bandeiras dos movimentos pela igualdade racial, dentre elas a fiscalização da aplicação adequada das políticas afirmativas, o combate contra as manifestações de racismo em âmbito individual e coletivo, a garantia da titulação das comunidades quilombolas, a promoção de uma assistência especial à saúde da população negra, o combate do encarceramento em massa da população negra e a correta apli-

cação da demarcação das terras indígenas.

“A OAB é importantíssima. Não se fala em democracia neste país sem falar na OAB”, comentou o presidente do Instituto de Formação, Estudos e Pesquisas Socioeconômico-político-cultural de Mato Grosso, professor Rinaldo de Almeida.

O presidente do Cepir, Manoel Silva, elogiou o fato de a Comissão ser formada por profissionais jovens e lembrou da atuação do presidente desde antes de assumir a gestão. “Sempre nos auxiliou muito nessa parceria. Quero aqui fazer um compromisso que eu, enquanto presidente do Cepir, vou ver o que podemos fazer para a OAB voltar com seu assento, pois é fundamental a sua participação no Conselho”.

Por fim, Aurélio Augusto Júnior, agradeceu a presença das entidades e reforçou o compromisso da OAB-MT no trabalho de contribuir para a promoção da igualdade racial em Mato Grosso. “O nosso primeiro ato à frente da gestão foi abrir as portas da nossa instituição para ouvirmos e construirmos, junto à sociedade civil organizada, as proposições e quais pautas a Ordem pode colaborar para a promoção da igualdade racial. Identificamos as reais necessidades sociais nessa área”, encerrou o presidente.

Comissão da Seccional realiza reunião com membros da Subseção de Sinop

Interiorizar e integrar a atuação é o que tem feito a Comissão de Meio Ambiente da OAB-MT ao realizar sua terceira reunião da atual gestão na cidade de Sinop, norte do Estado. O encontro foi no dia 8 de abril, com a participação da Comissão de Meio Ambiente da Subseção da OAB Sinop.

Em discussão, as pautas giraram em torno da participação dos membros das comissões e as conversas travadas com instituições como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Os resultados da reunião entre juízes e Sema ocorrida no dia 20 de março, assim com a reunião especí-

fica com o órgão no dia 26 entraram em debate. Também foi apontada a necessidade de solução de problemas na atuação da Sema – período do protocolo em Sinop e a retirada de cópias em Cuiabá – e do Ibama – atendimento e cópias. Quanto ao órgão federal ainda foram submetidas à aprovação demandas para serem levadas a uma reunião futura com a presidência.

A questão dos agrotóxicos, que deve ser tema de um debate promovido pela Seccional, ainda foi pauta do encontro. A subseção quer o apoio da UFMT nessa promoção. Os membros das Comissões também falam sobre os eventos a serem promovidos no Mês do meio Ambiente, junho, na cidade.



OAB Sorriso vai a Brasília cobrar retomada das obras na concessão da BR-163

A Subseção de Sorriso da OAB-MT, com apoio das unidades de Sinop e Lucas do Rio Verde, lidera um movimento da sociedade civil organizada da região para cobrar a conclusão das obras de duplicação da rodovia BR-163, que estão paralisadas pelo Consórcio Rota do Oeste há mais de dois anos, mesmo diante do pagamento sistemático do pedágio em nove praças. A questão foi levada pela Ordem a autoridades do setor de infraestrutura de logística do governo federal, em Brasília.

As entidades criaram uma comissão especial e produziram um documento onde constam angústias e expectativas da população da região médio norte de Mato Grosso a respeito da conclusão das obras. Esse relatório foi apresentado ao diretor de Obras e Cooperação do Exército Brasileiro, general Paulo Roberto Viana Rabello, e ao diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Antônio Leite dos Santos Filhos, no final de abril, levado em mãos pelo presidente da OAB Sorriso, Fernando Mascarello.

“Este relatório sintetizou a angústia popular em virtude da paralização das obras de duplicação da rodovia BR-163 e, ainda, por conta das precárias condições de manutenção e trafegabilidade da rodovia. Contou com a valorosa colaboração da OAB Sinop e OAB Lucas do Rio Verde. Agradeço em particular aos



presidentes Eduardo Chagas e Ednilson Menezes (respectivamente)”, relatou o presidente da OAB Sorriso.

O documento apontou sugestões elaboradas pela Comissão Especial – liderada pelos membros da OAB Sorriso Nelson Saraiva e Cláudia Negrão – tanto para o caso de o contrato ser rescindido com a Rota do Oeste, que alega a necessidade de aditivo para dar sequência às obras, quanto para o caso de o consórcio continuar no processo, porém, com as necessidades da população levadas em consideração.

“Dentre as sugestões estão a possibilidade de, em eventual caducidade ou rescisão contratual, que o DNIT, em parceria com o Exército Brasileiro, possa dar sequência à manutenção da rodovia até que ela passe por nova licitação e, ainda, sugestões contratuais quanto aos critérios de cronograma de execução das obras, tanto para eventual aditivo, como para uma nova concessão”, apontou Fernando Mascarello.

Entre as sugestões apontadas estão a retomada das obras pela porção norte

da rodovia, tendo em vista que foi priorizado, conforme alegam as entidades, o trecho entre Rondonópolis e a divisa com Mato Grosso do Sul e, “ainda, a alteração do modal no sentido sul-norte ante a finalização das obras da BR-163 em direção a Mirirituba (PA) e Santarém (PA)”, trouxe o documento.

A imediata realização de audiências públicas com a população da região médio norte é outra propositura trazida. O prazo para que sejam feitas as discussões sobre a readequação contratual com o consórcio encerra-se em 20 de setembro de 2019, para que as obras sejam retomadas após o período das chuvas em 2020.

O grupo também se reuniu com o presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Renato Vieira, em conjunto com representantes da Comissão de Direito Previdenciário da OAB Sorriso, para tratar da necessidade de maior agilidade nas obras da unidade do INSS na cidade, cobrar por mais pessoal, pedir ajustes no atendimento prestado à advocacia e aos administrados e, ainda, tratar sobre a realização de perícias contábeis e médicas.

Acompanharam o presidente da OAB Sorriso nas reuniões em Brasília o prefeito de Sorriso, Ari Lafin, o presidente da Câmara Municipal, Claudio Oliveira, além de demais parlamentares da região.

Subseção de Rondonópolis e advocacia recebem diretoria do TJMT

“Um momento histórico”, assim foi relatada pelo presidente da subseção de Rondonópolis da OAB-MT, Stalyn Paniago Pereira, a reunião realizada com a diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e a advocacia da região no dia 12 de abril.

O presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, a vice-presidente Maria Helena Gargaglione Póvoas e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Luiz Ferreira da Silva, ouviram as demandas e propostas dos advogados e advogadas que atuam nas comarcas de Rondonópolis, Guiratinga, Itiquira e Pedra Preta.

“Tivemos a possibilidade de externar os anseios, as reivindicações e dificuldades

que toda a advocacia enfrenta nas comarcas que integram a nossa subseção e, de uma forma muito tranquila, apresentamos toda a nossa demanda e tivemos uma receptividade muito grande por parte da diretoria do TJMT”, explicou o presidente da OAB Rondonópolis.

Para isso, a OAB Rondonópolis reuniu previamente a advocacia para a elaboração da pauta de demandas e, também, abriu o encontro com o Poder Judiciário à participação de todos os profissionais da região que aderiram em peso.

Desde questões sobre a estrutura física das unidades do Poder Judiciário até a estrutura de pessoal, passando pela ausência de magistrados, as demandas foram amplamente discutidas com a diretoria do TJMT.



Comissões da OAB contemplam famílias da Pastoral Para Migrantes com festa da Páscoa

O sentimento de renovação e esperança trazido pelo período da Páscoa permeou a doação de ovos de chocolate, brinquedos e outros itens realizada por comissões temáticas da OAB-MT aos filhos de migrantes e refugiados acolhidos pela Pastoral Para Migrantes de Cuiabá, no dia 18 de abril. Mais de 20 crianças e adolescentes e seus responsáveis participaram da ação.

“Estamos no período do ano que mais celebramos a vida, que é a Páscoa. Ela traz alegria e esperança. Todos estão muito contentes e felizes por estarem proporcionando esse momento para vocês”, anunciou às crianças o seminarista indonésio Febrianus Samar, que está na Pastoral prestando assistência aos estrangeiros abrigados na entidade.

A festa, pensada para levar as doações e o momento de alegria às crianças, teve retribuição dos filhos e filhas que lá estão, que prepararam uma apresentação de teatro e outras de música e poesia para os responsáveis pela realização. “Sejam bem-vindos, meus amigos”, agradeceu um dos integrantes do grupo de artistas mirins.

Maria Ramirez, de 22 anos, está em Cuiabá com a filha Korina, de 1 ano, há pouco mais de 40 dias. Ele é venezuelana e deixou o país em virtude da crise que o território vive e na esperança de encontrar uma vida mais digna fora de lá. Já está empregada, vivendo fora da casa mantida pela Pastoral, mas ainda se socorrendo da

ajuda que lá recebe.

“Estou no Brasil há cinco meses. Estou mais tranquila aqui em Cuiabá porque já houve oferta de trabalho e tenho possibilidade de comer, consigo me sustentar para viver e o que dar para minha filha. Gostei do evento, porque nunca vi ovo de páscoa, não temos essa tradição na Venezuela, e minha filha tem um ovo”, celebrou a venezuelana.

Maria Ramirez mencionou que o que mais a preocupa em relação ao seu país é que sua família, pais, sobretudo, ainda permanecem lá. Ela veio para o Brasil com duas irmãs e amigas. “E a Venezuela fica pior a cada dia. Se conseguisse reunir a família toda, seria melhor”, comentou.

A Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT realiza, todos os anos, a Páscoa ofertando ovos a crianças de determinadas entidades. Neste ano foi escolhida a Pastoral Para Migrantes em virtude do volume de famílias que vem chegando à cidade. A ação também contou com a participação das comissões de Diversidade Sexual e da Jovem Advocacia.

“Não importa religião, crença, nacionalidade, o que importa é que é criança. Esse é um momento de acolhimento, de se sentir mais amado. As vezes esse é um único ovo de páscoa que essa criança vai receber”, ponderou a presidente da CIJ, Tatiane Barros Ramalho.

A advogada ainda lembrou a preocupação com a vulnerabilidade que as



crianças e os adolescentes migrantes estão submetidos. “As crianças vêm com as mães de qualquer jeito, ficam em semáforos pedindo esmola e emprego. São famílias que estão em desespero. Ali pode chegar qualquer aliciador e fazer qualquer tipo de proposta. A Constituição diz que a responsabilidade por menores é de todos, não só da família ou do Estado. É importante trazer esse alerta para a sociedade”.

SOLIDARIEDADE – Embora mantida pela Igreja Católica, a Pastoral Para Migrantes demanda o envio de doações de todos os tipos, desde alimentos e roupas a móveis e utensílios domésticos. Após os 45 dias, em média, de permanência das famílias de migrantes, a entidade segue auxiliando-as no processo

de mudança para sua nova casa. É nesse momento que as doações são ainda mais bem-vindas.

“Tem família que muda, mas tem muita dificuldade para mobiliar uma casa, mesmo já trabalhando, pois se você aluga um imóvel, por exemplo, já tem as despesas com a casa nova. Sendo assim, contamos com a ajuda de todos inclusive nesses quesitos. Recebemos até talheres”, comentou a coordenadora da casa, Eliana Vitaliano.

A Pastoral Para Migrantes tem hoje mais de 100 pessoas vivendo lá e outras 90 famílias auxiliadas, a maioria oriunda da Venezuela e do Haiti. A entidade está localizada na avenida Gonçalo Antunes de Barros, número 2.785, bairro Carumbé. Os telefones de contato são 3641-1451 e 99958-3343.

OAB-MT discute ferramentas para cumprimento de leis no tratamento de dependentes químicos

Com ampla participação da sociedade civil, a Comissão de Política sobre Drogas da OAB-MT reuniu-se para debater o tratamento e acolhimento aos usuários de drogas. Representantes da área de saúde mental da administração pública, de diversas comunidades terapêuticas, do escritório dos Alcoólicos Anônimos (AA), conselhos municipais da Capital e do interior debateram o tema por cerca de quatro horas.

Também participaram do encontro as comissões de Saúde, de Direito Penal e Processo Penal, de Direito Carcerário, de Direitos Humanos e de Defesa da Igualdade Racial.

“Para a nossa felicidade, não foi apenas mais uma reunião em que muito se fala e poucas decisões e ações são realizadas. As comissões presentes no encontro puderam aprender, opinar, formar entendimento e a OAB-MT, segundo as diretri-



zes muito bem estabelecidas pelo presidente Leonardo de Campos, deixou claro que atuará administrativa ou judicialmente no sentido de exigir o cumprimento das leis que impõem ao poder público a destinação de recursos financeiros para as políticas de saúde e para os bons projetos

de acolhimento aos usuários de drogas”, destacou o presidente da comissão de Políticas sobre Drogas, Nestor Fidelis.

Membro da comissão, o advogado Ricardo Barros lembrou que as leis orçamentárias devem ser cumpridas, sob pena de o gestor, não o fazendo, incorrer em

improbidade administrativa.

Vice-presidente da Comissão de Saúde, Danilo Gaíva salientou que a OAB-MT está de portas abertas para auxiliar juridicamente as comunidades terapêuticas e os bons projetos sociais que queiram se regularizar conforme a legislação vigente.

Representando a Federação das Comunidades Terapêuticas, o pastor Raimundo Assis relatou sua experiência no acolhimento de usuários de drogas e destacou a importância da atuação da Ordem, enquanto representante da sociedade civil, no enfrentamento da questão. “A Federação está trabalhando para tirar essa mancha que marca a imagem das comunidades terapêuticas por conta de algumas que não têm interesse de atuar de forma correta e, para isso, necessitará do apoio da OAB-MT e da advocacia”, frisou.

Sinop recebe a primeira etapa da Copa CAA/MT de Integração

A primeira etapa da Copa CAA/MT de Integração será nos dias 24, 25 e 26 de maio, em Sinop. Participarão times de futebol feminino e masculino de várias regiões de Mato Grosso. As equipes são formadas por advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a OAB-MT, estagiários do curso de Direito, servidores do Poder Judiciário e bacharéis em Direito.

O evento é realizado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) em parceria com a Comissão de Direito Desportivo da OAB-MT e terá outras duas etapas no mês de julho, em Rondonópolis, e novembro, em Cuiabá.

Os jogos obedecerão as regras oficiais do futebol society (FUT 7) e terão dois tempos iguais com 25 mi-

nutos de bola em campo e 10 minutos de intervalo. Cada vitória valerá 02 pontos e o empate 01 ponto.

Cada time ter até 20 atletas inscritos. “Destes, pelo menos, 10 devem ser profissionais regularmente inscritos e adimplentes junto à OAB-MT e sete não advogados”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

No torneio, será permitida a escalação de advogado com idade acima de 50 anos. “É o chamado ‘jogador coringa’ figura bastante comum nas equipes masculinas”, completa o presidente da CAA/MT.

As três melhores equipes masculinas e femininas receberão troféus. Terá premiação ainda para o artilheiro e a artilheira da competição; melhor goleiro e goleira; o(a) craque da competição e equipe mais disciplinada.



CAA/MT inicia ação para arrecadação de itens a mães carentes

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) - em parceria com a OAB Mato Grosso e as 29 Subseções da Ordem - iniciou a campanha estadual “Mães Solidárias”. Durante todo o mês de maio, os profissionais da advocacia poderão doar os seguintes itens infantis: fraldas, roupas, calçados, brinquedos e leite.

“Ser o braço social da Ordem dos Advogados do Brasil. Esse é o papel da Caixa de Assistência dos Advogados. E nossa missão vai além da prestação de serviços e oferta de benefícios à advocacia, temos compromisso com a sociedade e, pensando nisso, vamos iniciar mais um trabalho de cunho solidário. Desta vez, em razão do Dia das Mães, focaremos nossa ação no auxílio àquelas mulheres que não possuem recursos financeiros ficando, dessa forma, impossibilitadas de oferecer uma alimentação ou mesmo vestuário digno a seu filho. Contamos com a sensibilização e participação ativa dos colegas Operadores do Direito em mais esse projeto. Sejamos solidários. Ajudemos a quem precisa”, enfatiza o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

POSTOS DE ARRECADAÇÃO - Na capital, os pontos de coleta dos doativos serão os seguintes: sede da CAA/MT e OAB-MT, Estacionamento dos Advogados, Centro de Saúde dos Advogados e salas da OAB-MT. No interior, os itens poderão ser entregues nas sedes das subseções e salas da OAB-MT.

Em Cuiabá as doações serão entregues ao Hospital Universitário Júlio Müller. Nos demais municípios, a definição da instituição a ser beneficiada ficará a cargo das diretorias das próprias subseções.



Mãe com foto mais curtida no Facebook ganha ensaio fotográfico

Já está no ar a campanha estadual “Revele todo o seu amor” da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT). Até o dia 30 de maio, advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a OAB-MT poderão enviar fotos com suas mães para publicação nas mídias sociais da entidade.

A foto mais curtida na página do Facebook da CAA/MT até o final da promoção ganhará um ensaio com fotógrafo profissional. O resultado será divulgado dia 31 de maio.

Veja como é fácil participar:

1. Até 30 de maio, faça uma foto com

a sua mãe na posição vertical, e envie, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, para o Whatsapp (65) 9 9976-0146,

2. Coloque o nome completo da mamãe e filho(os),

3. As fotos serão postadas - conforme a ordem de recebimento - em nossas mídias sociais entre 9h e 16h30.

Fotos enviadas após esse horário e/ou em finais de semana não serão publicadas no mesmo dia.

Importante destacar que serão válidas também fotografias recebidas de advogadas e estagiárias que são mães. Estas poderão concorrer ao ensaio fotográfico, enviando fotos com seus filhos.

A campanha estadual de vacinação realizada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), em parceria com a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad), percorreu, em apenas oito dias, as 29 subseções da OAB-MT, disponibilizando doses contra a gripe H1N1. A ação de imunização também beneficiou a advocacia atuante em Cuiabá.



Com apoio da OAB-MT, CCC inaugura espaço multiuso para recuperandos trabalharem

Pelo intermédio da OAB-MT um espaço multiuso foi inaugurado no Centro de Custódia de Cuiabá (CCC) permitindo que os recuperandos trabalhem enquanto cumprem pena.

O trabalho de ressocialização busca aproveitar o conhecimento dos próprios detentos como forma de amenizar as carências do Estado. Assim, eles atuam desde a elaboração de projetos técnicos, como no caso do arquiteto Rogério Silva, até a construção das estruturas e desenvolvimento de diversas atividades.

A primeira atividade que está sendo realizada no novo espaço multiuso é a confecção de móveis em fibra sintética. Desde seu início, o projeto contou com o apoio da OAB-MT. O presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, procurou o Juízo do Especial Criminal (Jecrim) a fim de que os recursos da transação penal fossem destinados à fábrica.

“A OAB-MT tomou essa iniciativa



porque acredita no papel das instituições de ressocializar, reintroduzir e preservar a dignidade humana”, destacou.

De acordo com o diretor do CCC,

Everton Santana, os projetos de ressocialização desenvolvidos na unidade também contam com uma vertente social. Além de produzir mesas, bancos e cadei-

ras de fibra sintética para a comercialização, os reeducandos, com os recursos oriundos desta venda, reformam os móveis do Lar dos Idosos.

“Estou aprendendo e ajudando”, comentou Alex José da Silva. Para o seu colega Silvano Silva Junior, a atividade é gratificante. “Além de estar aprendendo, estamos ajudando o próximo”, completou.

Os móveis são comercializados por valores que variam de R\$ 70 a R\$ 150 e os interessados em adquirir podem ir até a recepção do CCC para encomendar cadeiras, mesas e banquetas.

“Estamos assistindo, nesse momento, a efetivação de algo que estamos buscando há muito tempo e aqui é um sistema de Justiça. Mato Grosso é diferenciado no enfrentamento das questões carcerárias. Aqui temos a reunião de esforços de várias instituições”, explicou o presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas.

Propostas de mudança nas leis penais brasileiras são tema de aula magna na OAB-MT

O tema “Pacote anticrime do Ministério da Justiça” foi o que norteou a primeira aula do curso de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal ofertado pela ESA-MT em parceria com o grupo Atame, no Plenário da OAB-MT. Ministrada pelo procurador regional da República de São Paulo, o professor Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, a palestra magna introduziu os alunos à discussão que será apreciada pelo Congresso Nacional para modificação das leis penais brasileiras.

Os trabalhos foram abertos por membros da Diretoria da OAB-MT e da ESA-MT. O secretário-geral adjunto da Ordem, Fernando Figueiredo, agradeceu a parceria estabelecida entre a ESA-MT e a Atame e a realização da aula magna. Da mesma forma, conduziu o diretor-presidente da ESA-MT, Bruno Cintra, lembrando o ganho para o meio jurídico que traz a pós-graduação.

“Essa pós-graduação promete muita coisa boa, muitas inovações, principalmente no momento que estamos vivendo, de mudanças no

Código Penal. O curso focou muito nisso, trazer esses temas atuais e as discussões que acontecem no país”, pontuou o diretor-presidente da ESA-MT, colocando os cursos da instituição à disposição.

O presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal da OAB-MT, Leonardo Bernazzoli, também fez uso da palavra na abertura da aula agradecendo as parcerias e certificando ao público que a palestra escolhida para o evento, assim como o programa da pós-graduação, não deixaria a desejar.

“Tive a oportunidade de ouvir as palavras do professor ainda agora e sei que será uma palestra maravilhosa. O Direito Penal vem sofrendo mudanças ao longo dos anos e de forma não linear. Acho que todos os operadores do Direito veem a relevância que o tema tem tomado na sociedade. É importante dedicar-se ao máximo aos estudos para que essas mudanças legislativas que vão ser alvo de debates em todas as esferas da nação tenham o debate técnico suficiente para

embasar a aceitação ou não dessas propostas”, mencionou convidando os profissionais presentes a integrar os quadros da Comissão.

Antes de entrar no tema da palestra propriamente dita, o professor Luiz Carlos Gonçalves agradeceu ao convite das entidades realizadoras da pós-graduação. “A ESA exerce uma função importantíssima por ser justamente um foro de debate para a classe dos advogados e toda a cidadania. Sabemos que não se faz justiça sem o advogado. Quando ele estuda, quando se aprimora, toda a sociedade ganha. E quando duas instituições de prestígio como a ESA e a Atame resolvem fazer algo, a gente presta atenção”, destacou.

Ao longo de toda a aula, o professor apontou os pontos de mudança propostos pelos projetos desenvolvidos pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, e pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre Moraes, apresentado ainda durante a gestão passada do governo federal. Até as 22 horas, os participantes conheceram e debateram as duas propostas.

Ordem solicita apoio da Unemat para construção da Apac em MT

Secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira reuniu-se com o reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) em 22 de abril para pedir o apoio para a construção da sede da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Cuiabá.

Em dezembro do ano passado foi lançada a pedra fundamental da Apac na Capital. Uma área de 5 mil metros quadrados foi cedida pelo governo de Mato Grosso para a instalação da unidade.

Como parte integrante da Apac, o secretário-geral da OAB-MT reiterou a proposta para que a Universidade faça os projetos arquitetônico e de engenharia.

Participaram da reunião o reitor Rodrigo Bruno Zanin, a vice-reitora Nilce Maria da Silva, o pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação Luiz Fernando Caldeira Ribeiro, a pró-reitora de Extensão e Cultura Leonarda Grillo Neves, a diretora de Gestão de Direitos Humanos Cinthya Leocadio Dias Cunha e o diretor de Gestão e Extensão Tarcis Alvan Oliva dos Santos.

A Apac é um sistema de administração penitenciária que tem como prioridade trabalhar de forma humanística a reabilitação dos recuperandos, visando ainda oferecer à pessoa privada de liberdade, alternativas de trabalho que possibilitem a recuperação, podendo reduzir o custo por recuperando a até um terço do valor estimado atualmente.

Informe OAB

OAB-MT distribui sementes na ação “Cuiabá, 300 sombrinhas”

A OAB-MT foi uma das entidades parceiras do projeto “Cuiabá, 300 sombrinhas”, ocorrido no dia 13 de abril, pelas ruas centrais da cidade. Os integrantes realizaram um passeio munidos de sombrinhas e com sementes e mudas de árvores que foram distribuídas por onde passavam. A proposta era incentivar a plantação de árvores para garantir sombra nas ruas. “A OAB apoiou esse evento Cuiabá, 300 sombrinhas na aquisição de sementes, que foram distribuídas por nós, além de mudas de árvores. Foi um projeto muito bonito para alertar as autoridades sobre a necessidade do plantio de árvores em Cuiabá”, informou o secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, que participou do passeio.



Projeto que institui novo crime eleitoral aguarda sanção presidencial

Denúncia caluniosa com finalidade eleitoral, ou seja, acusar um candidato para afetar sua campanha a cargo eletivo deve se tornar crime eleitoral. O projeto foi aprovado pelo Senado em 24 de abril e aguarda sanção do presidencial. Se passar, aquele que fizer acusação formal, instaurar processo ou ensejar a abertura de inquérito contra candidato visando influenciar o pleito, pode ser condenado de dois a oito anos de prisão. Também poderão ser punidos da mesma forma aqueles que, sabendo que o candidato é inocente, divulgar ou propagar o fato que lhe foi atribuído. De acordo com a Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT, apesar da conduta gravíssima, a criminalização possui poucos efeitos práticos. Isso porque a legislação vigente já prevê punição para a calúnia eleitoral e o artigo 25 da Lei Complementar 64/90 estabelece como crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé.

OAB-MT comemora aprovação de projeto que proporciona igualdade entre as partes

Conforme o inciso LV do artigo 5º da Constituição da República, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Para reforçar essa garantia fundamental, foi aprovado, em 10 de abril, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, o projeto que coloca, no mesmo plano, os advogados (as) do autor e requerido, nas audiências de instrução e julgamento do Poder Judiciário. Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, destaca a aprovação como uma importante conquista para a advocacia. “Mais do que o valor simbólico da medida, a proposta faz valer o direito de cada cidadão de ser igualmente representado na lide judicial e avança em uma questão que há muito já deveria ter sido pacificada no Poder Judiciário”.

Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais discute destinação de recursos para ONGs

A Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB-MT se reuniu com o juiz titular do Juizado Volante Ambiental (Juvam) de Cuiabá, Rodrigo Curvo, no final de abril. De acordo com a presidente da Comissão, Glaucia Amaral, durante o encontro seriam discutidos os requisitos para que as Organizações Não Governamentais (ONGs) de proteção aos animais possam ser beneficiadas com recursos de transação penal. Ela destacou que a proteção e cuidado com os animais, em especial aqueles que estão nas ruas, é uma questão de saúde pública que afeta toda a sociedade e, nesse sentido, o trabalho das ONGs tem sido essencial. No início do mês a Organização de Proteção Animal de Mato Grosso (OPA-MT) anunciou o fechamento de uma de suas unidades – que atualmente abriga cerca de 70 animais – por falta de condições financeiras para seu custeio.

Comissão de Cultura e Responsabilidade Social participa de evento com Apaes

O presidente da Comissão de Cultura e Responsabilidade Social da OAB-MT, José Rodrigues Rocha Júnior, participou da primeira edição da Jornada de Educadores e Autodefensores da Apaes do Estado. O evento foi realizado em Cuiabá. Rodrigues explicou que a criação da jornada visa repassar orientações básicas para a obtenção, por parte das entidades, da Certificação de Entidades de Assistência Social (Cebas). O documento possibilita a busca, junto ao Ministério da Cidadania, da redução do custo de suas atividades, culminando com a isenção fiscal. Em Mato Grosso, funcionam atualmente mais de 60 Apaes, espalhadas pelo Estado.

Em Destaque



A diretoria da Seccional da OAB-MT reuniu-se com a advocacia de Tangará da Serra para debater uma série de assuntos afetos aos profissionais da região. O encontro aconteceu na sede da OAB Tangará



Presidente da Comissão de Direito Penal da OAB-MT, Leonardo Bernazzoli mobilizou o grupo para realizar doações de alimentos não perecíveis às famílias de funcionários do Hospital Santa Casa de Misericórdia, em campanha de arrecadação realizada pela entidade



Integrantes do projeto Reflorescer, que visa à recuperação de recuperandas da Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto May por meio da plantação e comercialização de flores ornamentais, participaram de capacitação para oferecer atividades lúdicas e de estética às detentas



Integrando a programação do Maio Trabalho, a Comissão de Direito do Trabalho da OAB Cáceres realizou uma palestra para os alunos da escola Sesc Ler Cáceres, com o tema "Direitos sociais trabalhistas e previdenciários" para explicar e tirar dúvidas dos cerca de 80 jovens e adultos alunos da Sesc Ler



No lançamento da campanha idealizada pela OAB-MT de doação de recursos ao país africano devastado pelo ciclone Idai "Moçambique Vive", conselheiros foram convidados a fazer a doação em dinheiro no mesmo momento